

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A inclusão de uma aluna com deficiência visual nas aulas de
Educação Física

Suelen Godoy Soares

Porto Alegre
Julho/ 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A inclusão de uma aluna com deficiência visual nas aulas de
Educação Física

Suelen Godoy Soares

Monografia apresentada à Escola Superior de Educação Física da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito para a
conclusão do curso em Licenciatura de Educação Física.

Orientadora: Daniele Noal Gai

Porto Alegre
Julho/2012

RESUMO

Esta pesquisa compõe o trabalho final do curso de graduação em educação física e tem como objetivo analisar o processo de escolarização e inclusão de uma aluna cega em aulas de educação física. É uma proposição de análise dos processos inclusivos e das atividades físicas inclusivas que quer provocar pensar sobre a temática, especialmente aqueles que talvez a desconheçam. Para tanto, fez-se um levantamento das pesquisas e das experiências com inclusão de pessoas cegas em aulas de educação física. Baseia-se em entrevistas, diários de campo, conversas informais e documentos. Foram previstos encontros de observação da aluna em sala de aula regular em escola da rede privada de ensino de porto alegre e também entrevistas semiestruturadas dinamizadas e respondidas pela aluna e familiares. O trabalho trás questões referentes a inclusão mostrando a importância de sua prática tanto para os alunos cegos, para os alunos com outras deficiências, como também para todos os colegas sem deficiência. Este trabalho foi elaborado com a intenção de desmistificar a inclusão escolar de pessoas com deficiência visual, pessoas cegas ou pessoas com baixa visão nas aulas de educação física. Acredita-se que as aulas, os planejamentos, os recursos, os objetivos e os métodos de ensino podem ser modificados e adequados de forma que todos possam aproveitar as aulas de educação física, as dinâmicas, os jogos, as regras, as competições, as atividades recreativas podem auxiliar nesse processo de inclusão.

LISTA DE ABREVIATURAS/ SIGLAS

PDV = Pessoa com Deficiência Visual

EF = Educação Física

OMS = Organização Mundial da Saúde

NEE = Necessidades educativas especiais

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	6
2.REVISÃO DE LITERATURA.....	8
2.1 Deficiência visual e suas características.....	8
2.2 A Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Física.....	9
2.3 A importância da participação do aluno com Deficiência visual.....	9
2.4 Inclusão Escolar e Deficiência visual.....	10
3.OBJETIVOS.....	12
3.1 Objetivo Geral.....	12
3.2 Objetivos específicos.....	12
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
4.1 Questões de pesquisa.....	13
4.2 Tipos de Estudo.....	13
4.3 Sujeito da Pesquisa.....	13
4.4 Procedimentos de coletas de dados.....	13
4.5 Instrumentos de Pesquisa.....	14
5. DISCUSSÃO E ANÁLISE DA PESQUISA.....	15
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
7. CRONOGRAMA.....	22
7.1 Cronograma 2011.....	22
8. REFERÊNCIAS	23
9. ANEXOS.....	26
9.1 Anexo A: Termo de consentimento livre e esclarecido sujeito da pesquisa	26
9.2 Anexo B: Termo de consentimento livre e esclarecido para familiar.....	27
9.3 Anexo C: Classificação da perda de visão.....	28
9.5 Anexo D: Entrevista com familiar da aluna.....	29
9.6 Anexo E: Entrevista com a aluna com deficiência visual.....	30

INTRODUÇÃO

Em relação às aulas de Educação Física, dentro do contexto escolar, entendo que é de grande importância abordar o tema da inclusão para os alunos com deficiência visual. Sendo assim, os professores de educação física devem estar preparados e qualificados para atender as necessidades dos alunos com deficiência visual (DV), desenvolvendo melhor a aula de Educação Física (EF) em vários aspectos; e possibilitando a participação ativa de todos os alunos nas aulas, conforme os estudos de: WINNICK (2001), TINOCO & OLIVEIRA (2009).

A inclusão escolar nas aulas de Educação Física, vai além da percepção de sentir-se incluído, é sentida nas situações de ganhar ou perder e durante as vivências do jogo, da cooperação e em outros tipos de atividades que o aluno participa. Estas são mediadas pelo professor de Educação Física, sendo este responsável pela transmissão de informações, de conceitos, de valores, de sentidos e de sentimentos, podendo salientar valores éticos, morais e desenvolver a consciência da cidadania.

Desta forma, a Educação Física é importante para que o aluno com deficiência visual possa adquirir um sentimento de realização pessoal e de construção de si, por conseguir explorar movimentos e práticas corporais que não fazia, as quais geram o sentimento provocação e de enfrentamento com limitações e desafios, de enfrentar barreiras e dominar uma nova habilidade (GUARAGNA, 2005).

Além disso, a inclusão escolar é direito de todos os alunos com necessidades educativas especiais (NEE), segundo a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Esta política assegura diversos direitos aos alunos, e reforça a formação especializada de professores e profissionais da área de Educação Inclusiva. Reforçando o movimento de inclusão a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

Ainda na perspectiva escolar, na qual acontecem inúmeras relações sociais, o aluno com DV, quando incluído na escola regular, poderá ganhar autonomia, independência e segurança, para desempenhar suas atividades. Porém, os alunos com DV geralmente apresentam poucas oportunidades de participação nas práticas esportivas fora do ambiente escolar, acarretando um atraso no desenvolvimento de aptidões físicas e no próprio desenvolvimento motor da pessoa com deficiência visual (JUNIOR & GREGUOL, 2009).

Da mesma maneira, os alunos com DV que conseguem frequentar a escola regular, muitas vezes são dispensados das aulas de EF com o argumento da preservação de sua integridade física e também dos outros alunos. Nesta perspectiva, a solução adotada por muitos professores seria manter o aluno em alguma atividade paralela, ou simplesmente deixá-lo no pátio da escola. A falta de materiais específicos e a falta de qualificação do professor são questões que cercam esse cenário escolar.

Para que o aluno não seja submetido a esse tipo de situação o professor deve estar atento às determinações do PCN:

Elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com os alunos, desde a concepção dos objetivos; reconhecer todos os tipos de capacidades presentes na escola; sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos, adotar metodologias diversas e motivadoras, avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipatória, em função do seu progresso e do que poderá vir a conquistar. (PCN, p.18, 1999).

O PCN é apenas um, entre outros meios, para os professores pensarem em algumas formas de incluir seus alunos com DV nas aulas de EF. Visto que: a presença de alunos cegos ou com baixa visão já é uma realidade no contexto escolar. Com o aporte das leis e decretos mencionados anteriormente, fica cada vez mais claro a importância do professor de Educação Física estar preparado e atento às necessidades de cada aluno, tenha ele necessidades educativas especiais, deficiência reais ou uma atenção especial temporária, que poderá apresentar-se a qualquer momento em sua aula. Não podemos negar a oportunidade de participação do aluno, independente de sua necessidade educativa especial.

Portanto, por entender que é de extrema importância que o professor de Educação Física esteja preparado para incluir o aluno com deficiência visual em suas aulas, o presente trabalho busca descrever a relação entre uma aluna cega e seus colegas sem deficiência visual, as atividades propostas pelo professor, às adequações necessárias para a aula ser acessível para todos os alunos, as propostas diversificadas de aula e planejamento, além, também, de analisar se houveram algum tipo de inserção do sujeito desta pesquisa nas aulas de Educação Física.

REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Deficiência visual e suas características:

O termo deficiência visual (DV) pode ser definido como o não funcionamento (congenito ou adquirido) ou funcionamento parcial do sistema fisiológico, estrutural e psicológico do sistema visual, segundo a Organização Mundial de Saúde (1980): “No Brasil cerca de 1,0 a 1,5% das pessoas com deficiência apresentam deficiência visual (aproximadamente 1,7 milhões de pessoas), sendo 80% com baixa visão e 20% cegas”.

De acordo com GORLA (2008), a cegueira é caracterizada como a acuidade visual inferior a 3/60 metros ou campo de visual baixo no melhor olho; dividida em duas categorias, 1/60 até percepção luminosa, e a última não apresenta percepção luminosa. Segundo o mesmo autor, a baixa visão é caracterizada como a acuidade visual entre 3/18 e 6/60 metros no melhor olho e com a correção; dividi-se em três categorias, 6/18 a 6/60 a primeira, 6/60 a 3/60 segunda e 3/60 a 1/60 terceira, a qual é a capacidade de enxergar os dedos das mãos a 1m. Existem outras escalas para a classificação do grau de DV, por exemplo, de Snellen, mas utilizaremos a escala da OMS.

O processo de perda de visão pode ser de origem congênita, associada a malformações oculares ou cerebrais, quanto de doenças intra-uterinas que afetam o globo ocular do feto, por exemplo: toxoplasmose, sífilis congênita, rubéola materna, hereditariedade. Segundo Castro (2005), as cegueiras ou perda de baixa visão adquirida são decorrentes de doenças infecciosas, traumas, diabetes, catarata, glaucoma, retinopatia e tumores.

É importante destacar também algumas características motoras da criança cega, como: deficiência na lateralidade, equilíbrio insuficiente, má postura, atraso no desenvolvimento motor, esquema corporal deficiente e expressão facial e corporal raras. Entretanto, em relação ao comportamento psicológico, o DV pode ou não, apresentar insegurança, receio, desconfiança, ansiedade, falta de iniciativa e inibição, o que pode variar de acordo com a

personalidade do indivíduo, variando o seu grau de independência perante suas atividades cotidianas (CASTRO, 1994).

2.2 A Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Física

A inclusão conceitua-se como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais, pessoas com deficiência e sem deficiência, que preparam-se para assumir seus papéis na sociedade. É vista também como um processo bilateral, ainda que pessoas excluídas busquem na sociedade equacionar problemas, decidir, propor soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997).

O problema da inclusão de crianças com necessidades especiais na educação física configura-se desde sua origem quando esteve ligado às questões políticas vigentes em cada período da história. Bracht e Cols (2003) explicam que a Educação Física no Brasil esteve voltada para formar indivíduos "fortes" e "saudáveis", fatores indispensáveis no processo de desenvolvimento do país no final do século XIX e início do século XX. Na década de 60, instituições especializadas, escolas especiais, centros de reabilitação tiveram a iniciativa do movimento pela integração social que visa à inserção da pessoa com deficiência em sistemas sociais gerais e na educação (SASSAKI, 1997).

Baptista (2004) considera que a Educação Inclusiva introduziu inúmeras mudanças na discussão pedagógica relativa aos locais de atendimento educativo e às propostas de intervenção pedagógica inclusiva.

Portanto, estudar o processo de inclusão no ambiente escolar é fundamental para a compreensão das habilidades e possibilidades de aprendizagem do indivíduo com DV ou cegueira ou com outras deficiências. Devido às novas perspectivas de interação social podemos perceber a tendência da ampliação das pesquisas e dos estudos sobre Educação Física Adaptada, como também sobre Educação Física Inclusiva, que considere em suas ações todos os alunos, especialmente aqueles alunos com deficiência.

2.3 A importância da participação do aluno com Deficiência Visual e/ou Cego

A atividade física é um dos principais elementos utilizados pelas pessoas em busca de melhor qualidade de vida, sendo responsável pela melhora das capacidades físicas de seu

praticante, até a melhor integração em suas relações sociais (WINNICK,2001). Contudo, o deficiente visual muitas vezes é privado desse processo de desenvolvimento por meio de uma inadequada estimulação, ou até mesmo pela falta da estimulação motora e física. Crianças com visão reduzida ou com perda total da visão, possuem, em alguns casos, atrasos em seu desenvolvimento motor, cognitivo e sócio-afetivo, devido a exclusão de atividades físicas, a falta de motivação ou insuficiência de oportunidades para explorar ativamente o ambiente. Por isso a importância de estímulos externos e a mobilização por parte do professor em convocar os alunos para ações inclusivas e integradoras de todas as potencialidades (DIEHL, 2006).

Portanto, os alunos com necessidades educativas especiais devem ser estimulados a participar de diferentes formas, conforme suas habilidades, dentro de sua disponibilidade e considerando aquilo que é possível ser realizado no momento. É importante que os alunos percebam que estão sendo incluídos nas aulas de EF, tendo a oportunidade de integração nas atividades e possibilitando a experiência de autonomia e a aquisição da segurança e mobilidade por parte do aluno com deficiência visual (GREGUOL e JUNIOR, 2009).

Devido a estas questões, acredito que é de extrema importância a inclusão do aluno cego nas aulas de Educação Física para que o aluno desenvolva todas as capacidades, sobremaneira as suas capacidades físicas, que possam colaborar na sua movimentação independente e construção de vínculos de confiança e amizade. Além disso, o aluno poderá experimentar e explorar outras habilidades e ver-se por outras perspectivas, percebendo seu próprio corpo, estabelecendo relações com o mundo.

Também acredito que a forma mais efetiva de obter a inclusão é através da convivência entre alunos cegos ou alunos com baixa visão ou com deficiência visual com os alunos videntes.

2.4 A Inclusão Escolar e Deficiência visual:

A inclusão escolar consiste num conjunto de políticas, públicas e particulares, com o objetivo de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade (LOPES & NABEIRO, 2008), para criar uma comunidade em que todos possam trabalhar e aprender juntos mutuamente. A inclusão escolar busca acolher o educando independentemente de suas limitações, para que todos possam participar juntos da vida escolar, envolvendo tanto os recursos materiais, como também uma reformulação da proposta pedagógica, e dos valores

humanos, a fim de proporcionar a aprendizagem dos indivíduos (MAUERBERG-DE CASTRO, 2005 apud LOPES & NABEIRO, 2008).

Nesse contexto, a inclusão dos alunos com deficiência em escolas regulares está baseada no ensino voltado à formação profissionalizante e à constituição de uma consciência cidadã. Para Baptista (2004), as pessoas com necessidades especiais devem ser educadas em um modo predominantemente conjunto, com as demais pessoas, para que a educação ocorra no ensino comum.

Sendo assim, Pacheco (2007) afirma que não se pode apenas inserir o aluno com deficiência dentro da escola regular, tendo acesso à educação formal, mas, sim, se deve também promover uma integração social entre todos os alunos, e isso vai além da escola, pois a essência da educação inclusiva é a interação social de todos os alunos dentro e fora da escola.

Como a inclusão funciona para todos os alunos com e sem deficiência, quando existem programas adequados mediante ações positivas (STAINBACK E STAINBACK, 1999), ocorrerão ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais que preparam para a vida social. Tais atitudes positivas são ações em ambiente inclusivo, onde há a facilitação da interação entre os alunos, ajudando no desenvolvimento de amizades em um trabalho conjunto com os colegas do ensino comum, à medida que os alunos aprenderão a ser sensíveis, a compreender e, principalmente, a respeitar as diferenças e as semelhanças.

OBJETIVOS

3.1 Objetivos Gerais:

Analisar o processo de escolarização e inclusão de uma aluna cega em aulas de educação física.

3.1 Objetivos Específicos:

- Fazer entrevistas e observações acerca das aulas de educação física de uma aluna cega;
- Fazer inferências acerca das possibilidades da educação inclusiva e da educação física inclusiva.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Questões de pesquisa

O presente estudo destinou-se a descrever as relações de inclusão nas aulas de Educação Física, também a inclusão e participação de uma aluna cega nas aulas de Educação Física.

4.2 Tipos de estudo

Devido a estas questões que envolvem as possibilidade de se pensar e de se propor aulas de educação física inclusiva, o método utilizado no trabalho é um estudo de caso, baseado em um estudo de Molina Neto (2004). Enquadra-se em uma abordagem qualitativa, pois descreve-se as relações sociais (entendidas aqui como relações de inclusão e interação entre sujeitos) de uma aluna cega em suas aulas de EF, em processo de escolarização no ensino médio de uma escola privada/particular, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

4.3 Sujeito da Pesquisa

O sujeito da pesquisa foi escolhido intencionalmente, à medida que a aluna cega foi aluna desta pesquisadora em outro espaço e as discussões sobre deficiência, inclusão e educação física serão eixos norteadores deste estudo.

O primeiro contato da pesquisadora com a aluna ocorreu em uma academia de ginástica, onde a aluna praticava sessões de musculação, com o acompanhamento de um instrutor. Devido ao interesse em saber o que ela fazia nas aulas de Educação Física, surgiu o convite para o estudo e inserção como observadora em sua escola. A aluna mostrou-se disposta para participar da pesquisa, aceitando o convite. Também estava ciente de que poderia abandonar a pesquisa a qualquer momento.

A aluna possuía 18 anos de idade, em escolarização em diferentes escolas e num período de finalização do ensino médio. A aluna apresenta diagnóstico de grau cinco, ou seja, cegueira total. Desta forma, a pesquisa também contará com familiares, especialmente com a

entrevista da mãe da aluna, tendo a participação indireta dos colegas, relatos da própria aluna, entrevistas com a mesma, e observações em suas aulas no ensino comum.

4.4 Procedimentos de Coleta de Dados

Após a autorização dos familiares e da aluna iniciou-se a coleta de informações, realizada após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa foi realizada em espaços escolares e não escolares, como também na residência da família.

4.5 Instrumentos de Pesquisa:

Com o objetivo de descrever a inclusão, recursos utilizados nas aulas de educação física e a participação da aluna nas aulas, foi elaborada uma entrevista semiestruturada. Esta foi respondida cordialmente pelos familiares e a aluna, sendo utilizado um gravador sonoro e posterior transcrição das falas dos entrevistados. Adicionalmente, foram realizadas anotações em um diário de campo, com observações da pesquisadora. Foram observadas algumas aulas de Educação Física. Também foram utilizadas conversas informais e documentos.

5. DISCUSSÃO E ANÁLISE DA PESQUISA

“Podemos assumir a postura de avestruz: enfiamos a cabeça na areia para não ver o que não queremos ou não podemos ver...” (AMARAL, 1995).

A partir desse trecho da autora começo minhas reflexões acerca dos resultados obtidos em minhas entrevistas, observações e documentos bibliográficos. Penso que esse trecho traduz de fato o sentimento que ronda até hoje as questões de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais em geral. Logo, temos a mesma sensação no contexto escolar, e também na perspectiva da Educação Física.

Através de recortes importantes que destaco na entrevista com a aluna cega, percebemos fortes indícios da falta de comprometimento do professor para com a aluna, da falta de materiais e pouca motivação para a prática esportiva ou simplesmente a transmissão de conteúdos teóricos e práticos da Educação Física.

Segundo a aluna em seu relato:

Aluna C. - “eu faço alongamento, uns 10 a 15 minutos; a professora dá uma corrida, umas 2 voltas na quadra. Para os outros alunos...”

Na mesma aula:

Aluna C. - “nisso eu fico sozinha, às vezes fico conversando com algum outro aluno...”

Não quero aqui julgar o professor, a escola, a pessoa com deficiência, os familiares e a sociedade. Quero sim fazer de forma ética um trabalho de análise desta breve pesquisa. Assim, transmitir a realidade que atinge a minoria, e, que, obviamente, não é nem melhor nem pior do que os demais. Apenas é diferente. Tem suas particularidades, potencialidades, habilidades, e por isso é especial como todos os outros. Ou, simplesmente, ela é ela mesma com suas limitações e sua essência particular. Vivemos um momento diferente, de espaço para a diversidade, o que não permite que discriminemos o outro, aquele que nos provoca certo estranhamento.

Também percebo que aos poucos a convivência da aluna cega na escola com os outros alunos videntes está contribuindo bastante na reconfiguração da inclusão, pelo menos naquele contexto.

Aluna C - “Eu me relaciono com vários, é difícil ficar parada, eu falo com todo mundo...”

Aluna C - “...muita gente me ajuda a me deslocar, eu não estou acostuma a andar só com uma pessoa...”

Os alunos sabem lidar ou aprendem a conviver em harmonia e interação com a garota cega. A única forma de conseguir a inclusão de fato seria através do compartilhamento, trocas e convivência efetiva entre todos os envolvidos nos espaços escolares. Saber como convidar o outro para um grupo, para estabelecer vínculos, para fazer parte do time, saber como agir e interagir, no contexto escolar, é de extrema importância na formação pessoal dos alunos.

Geralmente os colegas colaboram com a sua participação?

Aluna C - “Com a minha participação sim...”

Mãe - “Acredito que ia ser bom até para os colegas que iam aprender a lidar com um deficiente visual, aprender a lidar com a inclusão...”

Ressalto ainda que o desempenho escolar desta aluna é o mesmo do que de qualquer aluno que tem suas dificuldades em determinadas disciplinas e facilidade em outras. Essa aluna apenas não enxerga, seu desempenho cognitivo não é afetado. Nesse caso a garota ajuda os colegas em determinadas disciplinas que tem facilidade e vice-versa, mostrando uma interação ativa e positiva (STAINBACK E STAINBACK, 1999).

Porém, a Educação Física é disciplina que exige uma grande autonomia de qualquer aluno, tendo ele uma deficiência ou não. Nesse contexto, percebemos que a aluna foi deixada de lado, e o pior, percebemos que ela gosta dessa disciplina e lhe é negada a oportunidade de inclusão.

Aluna C - “...gostava mais antes, mas eu gosto. Eu gosto mais é de jogar...”

“...O que eu mais gostava de jogar é futebol e basquete...”

“...gostava de jogar misto...”

“...eu gosto de fazer atividades com os meus colegas...”

Em sua fala a aluna prefere esportes coletivos, onde ocorre a cooperação de todos integrantes da equipe. Noto que intrinsecamente, a aluna possui um espírito inclusivo e cooperativo, também competitivo; essa poderia limitar-se tendo interesse apenas por esportes individuais, devido a sua condição... Mas aqui entendemos o oposto, em sua postura ela considera-se igual a qualquer outro indivíduo, que pode participar de qualquer esporte. Também ela entende sua condição, nem por isso ela deixa de praticar alguma atividade física.

Aluna C - "... eu jogava com as gurias. Conforme eu fui perdendo a visão, eu tinha até o primeiro ano mais visão, eu lia um pouco as coisas, trabalhava com material ampliado, agora eu não trabalho mais, eu fui perdendo a visão de longe e foi ficando complicado, eu fui deixando de fazer as coisas..."

Nesse momento a aluna busca algo fora da escola, visto que apenas 15 minutos de aula de Educação Física, fazendo alongamentos, não são suficientes para alterações significativas em seu metabolismo, para seu desenvolvimento, para o exercício e ação efetivos, ao mesmo não são atividades desafiadoras e interessantes para ela. Enquanto seus colegas jogam, ela deve contentar-se com esse tipo de aula. Por isso busca algo fora da escola para mover-se movimentar-se de forma organizada e planejada.

Aluna C - "...Eu faço academia, aula normal de tarde, e academia..."

Quando indagada a respeito da importância das aulas de Educação Física, surgem questões relevantes, como descontração e jogo.

Você acha que as aulas de educação física são importantes?

Aluna C - "... eu acho, é uma aula que dá uma descontraída. Eu gostava de jogar. Uma aula que dá uma descontraída..."

A descontração deve-se ao fato de não sentir-se presa em sala de aula, visto que qualquer aluno sem deficiência também pode responder da mesma forma, pois o pátio da escola ou o ginásio é um ambiente sugestivo a esse "sentimento", a falta de conteúdo abordado na aula de Educação Física é nítida, nesse contexto. Não que a Educação Física seja militarizada, mas, sim, uma aula planejada como outra aula qualquer. Podemos notar que a grande marca das aulas de Educação Física são os jogos, ou melhor, o jogar. O simples fato de participar de um jogo, seja ele qual for, nos mostra que há interação e inclusão com os

demais colegas. Saber jogar é outro aspecto que se deva analisar, quem joga sabe que exerce um função, uma missão e um objetivo, logo, o indivíduo sente-se útil dentro de um grupo.

Um fator que pode fazer toda e total diferença é o professor saber quais são as limitações do seu aluno. Saber de fato quais são as suas possibilidades e assim poder desafiar o aluno com deficiência, visto que, nem todos os cegos são iguais, nem todos tem a mesma autonomia, nem todos têm o mesmo grau de perda de visão.

Aluna C - "...eu devo ter bem pouquinho, uns 5% de visão. Eu enxergo coisas bem de pertinho e quando tá muito claro. Tá no sol eu ainda consigo definir algumas coisas, enxergo sombras quando não tá muito escuro.."

Conhecendo seu aluno fica mais fácil de planejar a aula, incluindo o aluno nas práticas e estimulando novos desafios para ele e seus colegas. Problematizar questões, fazer práticas diferentes e desafiar os alunos quanto a sua formação de opiniões é também frente às aula de EF.

Quanto às condições para que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha acesso às práticas educacionais, é dever da escola proporcionar a ele todos seus direitos de acessibilidade, materiais e recursos, tendo como aporte diversas legislações. Como por exemplo: a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). De fato isso facilitaria a didática do professor de EF, e o desenvolvimento de adequações e mudanças em suas práticas.

A escola onde a aluna cega estuda não possui material adaptado, como por exemplo: bolas com guizos, quadra esportiva adaptada (demarcações com cores fortes das linhas do ginásio) e outro fator que também pode interferir é a acústica do local onde é realizada a aula de EF. O que de certa forma limita o a aula do professor que não estiver preparado para lidar com esse tipo de situação. No trecho a seguir a aluna relata o seu cotidiano:

Quais as atividades que você faz nas aulas de educação física e participa, nesse momento?

Aluna C - "Eu faço alongamento e às vezes caminho."

Você se sente incluída nas aulas de educação física?

Aluna C - “*É difícil, mas sinto. A única coisa que eu não acho muito certa é que não tem bola, essas coisas, sabe, os professores deveriam fazer mais atividades, tipo, abdominais essas coisas são legais assim. Material adequado falta. É que depende do professor, tem uns que são mais exigentes nas questões de alongamento, essas coisas sabe...
A professora só passa um alongamento básico...*”

Apesar do ambiente não ser o ideal para a inclusão nas aulas de Educação Física, a aluna tem um senso crítico e sabe que a sua aula pode ser melhor desenvolvida. Notamos que a aluna se sente incluída na escola, mas encontra dificuldades nas aulas de Educação Física. Quanto ao Professor percebemos certo descaso devido a falta de motivação, capacitação e materiais.

Mãe- “*Acredito eu, que ai falta o profissional habilitado. O profissional tem que aprender a lidar com ela. Correr, ela tem perna ela corre se ela tiver que correr, ele tinha que correr do lado dela! Cadê o profissional nessa hora? Eles deixam ela sentadinha no canto, fazendo alguma coisa, cadê a inclusão? Não digo que o professor vá pegar ela e sair correndo mas e o incentivo...*”

Nos diários de campo e conversas informais, percebemos que a escola tenta adequar-se e fazer movimentos de mudança, mas de fato deixa a desejar em alguns aspectos.

Mãe – “*Depois que inventaram essa coisa de inclusão, antes de fazer a inclusão, já deveria ter o profissional, eles pegaram os deficientes e jogaram dentro das escolas e te vira meu. Não tem preparação nem na faculdade, tem até, mas não é obrigado. Quem não quer não faz. Já que inventaram essa inclusão já deveria ter um profissional pronto. Coloca numa escola publica? Se ali que é particular é complicado, imagina na publica. Não ia ter ninguém para acompanhar*”.

Com a experiência nas aulas de Educação Física a aluna sai da aula com a sensação que esta se resume apenas a alongamentos, também é pouco estimulada, tanto na prática de esportes quanto qualquer outro conteúdo da EF. O processo de ensino e aprendizagem independente do conteúdo deve considerar questões cognitvas, perceptivas e desenvolvimento

motor (SOLER, 2006). A partir disso, considera-se importante estudos e pesquisas mais abrangentes dentre desta temática e, sem dúvida, como educadores devemos buscar mais conhecimento, prático e teórico, para não ficarmos a mercê do famoso “largobol” - quando simplesmente o professor deixa uma bola e os alunos fazem o que querem sem restrições.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível que comecemos a pensar a educação inclusiva em todas as aulas, em todas as proposições dos professores, em todas as disciplinas, inclusive e principalmente na Educação Física. Não se pode impedir qualquer aluno de acessar uma ou outra aula, um ou outro conteúdo, nem mesmo minimizar ou simplificar as informações e as dinâmicas de aula porque se tem um aluno com alguma deficiência na turma.

A diversificação de modos de construir conceitos, de atingir objetivos de aula, de ampliar informações sobre as aulas, de provocar os alunos a pensar e a movimentar-se de forma planejada e organizada, pode ser feita amplamente sem prejuízos aos alunos em suas diferentes disciplinas e diferentes aulas, especialmente as de Educação Física.

Alguns professores tendem a diminuir as tarefas e a atuação do aluno com deficiência, pois ainda se tem a impressão de que o aluno com deficiência não deve participar das aulas, dos jogos, das movimentações e das dinâmicas porque poderá machucar-se. Também existem outros aspectos que podem ser considerados como: o sentimento de prejudicar o rendimento do grupo, atrapalhar a equipe, ter sua deficiência exposta, etc. Cabe ao professor como mediador das atividades saber explorar novas perspectivas e quebrar tabus relacionados ao preconceito que pode ocorrer por parte dos alunos videntes com o aluno cego ou de baixa visão.

Isso tudo talvez possa ser revisto, como vimos em nosso trabalho, assim como é importante serem observadas as possibilidades dos alunos e suas necessidades. O histórico de escolarização, as possibilidades de execução de tarefas e as habilidades de cada aluno podem ser estrategicamente estudadas e analisadas pelo professor previamente. Dessa forma, podemos considerar que a inclusão de alunos com deficiência visual ou outras deficiências, talvez, antes de ser uma obrigatoriedade, será uma possibilidade de renovação das propostas pedagógicas, de reconstrução de currículos, de reformulação de aula, com ênfases em espaços pedagógicos mais prazerosos, desafiadores, competitivos, cooperativos e inclusivos. A questão de mobilizar novas práticas causa a mudança na postura por parte dos alunos com e sem deficiência visual.

Devemos ter a consciência de que as certezas só podem surgir através das dúvidas e os resultados somente através das experiências. Viabilizar propostas é importante para que o professor entenda a diferença entre a educação e o adestramento. Com essas questões abordadas no trabalho, a tendência de novas práticas, apesar do cenário escolar nem sempre favorecer, é possível trabalhar outros conteúdos como, por exemplo: dança, jogos adaptados, jogos recreativos, gincanas, dinâmicas de integração, dinâmicas de reconhecimento de si e do outro, jogos cooperativos, não somente o esporte. Claro que não podemos negar a prática dos esportes na escola, mas podemos diversificar as atividades. O que nós faz crer que a partir destas, a inclusão será mais efetiva nas aulas de EF para alunos com necessidade educativas especiais.

7. CRONOGRAMA

7.1 Cronograma 2012

ATIVIDADES PROGRAMADAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Revisão de literatura	X	X		x	X							
Seleção da Amostra			x									
Submissão do projeto ao comitê de Ética em pesquisa				X								
Coleta de dados					x							
Aplicação da entrevista					x							
Finalização do trabalho							x					

REFERÊNCIAS

- 1) AMARAL, Assunção. L. **Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação.** Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/psicousp/v5n1-2/a16v5n12.pdf>) . Junho de 2012.
- 2) BAPTISTA, Cláudio.R. **Educação Inclusiva.** Ponto de Vista, Florianópolis, n3/4, p. 161-172. 2002.
- 3) BAPTITA, Cláudio.R. Ciclos de Formação, educação especial e inclusão: frágeis conexões? IN: MOLL,Jaqueline (org). **Ciclos na vida, tempos na escola: criando possibilidades.** Porto Alegre, Artmed, 2004.
- 4) BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília,2008.
- 5) CASTRO, Eliane Mauerberg. **Atividade Física Adaptada.** Ed.Tecmed. São Paulo, 2005.
- 6) CASTRO, José Alberto Barbosa de Moura. **Estudo da Influência da Capacidade de Resistência Aeróbica na Orientação e na Mobilidade do Cego.** Lisboa, 1994.
- 7) DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças: Jogos para crianças e jovens com deficiência: em situação de inclusão e em grupos específicos.** São Paulo: Phorte, 2006.
- 8) DUARTE, Edison; ALVES, Maria. **A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar: impedimentos e oportunidades.** Maringá v.27.n.2.p231-237.2005.

- 9) GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes. **Atividade Física Adaptada: Qualidade de Vida para pessoas com necessidades especiais.** 2ªed. São Paulo, 2008.
- 10) GORLA, José Irineu. **Educação Física Adaptada: o passo a passo da avaliação.** São Paulo: Phorte, 2008.
- 11) GUARAGNA, M.M.; PICK, R.K.; N.C. **Percepção de pais e professores da influencia de um programa motor inclusivo no comportamento social de crianças portadoras e não portadoras de necessidades especiais.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA, 6, dez 2005, Rio Claro, SP. Anais. Rio Claro, SP: Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada, 2005.
- 12) JUNIOR, Dante da Rosa; GREGUOL, Márcia. **Aptidão física relacionada a saúde de jovens cegos em escolas regulares e especiais.** Rev. bras. crescimento desenvolv. hum. v.19 n.1 São Paulo abr. 2009.
- 13) **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96; Capítulo V da Educação Especial, artigo 58,59,60** ,promulgada em 1996.
- 14) NABEIRO, Marli; LOPES, Andréia de Carvalho. **Educação física escolar e o contexto inclusivo: o que pensam os educandos sem deficiência?** Ed. Motriz, v.14 n.4, out./dez. SP, 2008.
- 15) ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Um manual de classificação das sequencias das doenças.** Classificação internacional das deficiências, incapacidades e desvantagens. Edição Portuguesa, 1980.
- 16) **Parâmetros Curriculares Nacionais**, p.18, 1999.
- 17) SOLER, Reinaldo: **Brincando e aprendendo na educação física especial.** Rio de janeiro: 2ªedição, 2006.

- 18) SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- 19) STAINBACK, S. **Inclusão**: Um guia para os educadores. Porto Alegre: Artemed, 1999.
- 20) TINOCO, Daniela Freira; OLIVEIRA, Flávia Fernandes. **A inclusão do Deficiente visual nas aulas de Educação Física**. (disponível em: <http://www.efdeportes.com>) Revista Digital- Buenos Aires- Año 14 – n° 138- Noviembre de 2009.
- 21) WINNICK J.; SHORT, F. Teste de Aptidão Física para jovens com necessidades especiais. São Paulo: Manole, 2001.
- 22) WEINECK, J. Treinamento Ideal. São Paulo: Manole, 1999.

ANEXOS

9.1 ANEXO A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Porto Alegre, ____ de _____ de 20__.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
autorizo a Pesquisadora Daniele Noal e Co- Pesquisadora Suelen Godoy Soares, a utilizar na sua pesquisa informações por mim fornecidas e que dizem respeito à temática: “As relações sociais de uma aluna deficiente visual nas aulas de Educação Física”. Tais informações contribuirão para (re) pensar questões importantes da Educação Física Especial e Educação Inclusiva. Estou ciente que posso abandonar a pesquisa a qualquer momento. A pesquisa não oferecerá nenhum desconforto aos participantes.

Responsável pelas informações

Suelen Godoy Soares

9.2 ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Porto Alegre, ____ de _____ de 20__.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, Mãe da deficiente visual autorizo a Pesquisadora Daniele Noal e Co- Pesquisadora Suelen Godoy Soares, a utilizar na sua pesquisa informações por mim fornecidas e que dizem respeito à temática: “As relações sociais de uma aluna deficiente visual nas aulas de Educação Física”. Tais informações contribuirão para (re) pensar questões importantes da Educação Física Especial e Educação Inclusiva. Estou ciente que posso abandonar a pesquisa a qualquer momento. A pesquisa não oferecerá nenhum desconforto aos participantes.

Responsável pelas informações_____
Suelen Godoy Soares

9.3 ANEXO C: Classificação da Perda da visão (OMS)

GRAU DE PERDA DE VISÃO	ACUIDADE VISUAL (com ambos os olhos e melhor correção óptica possível)	
	Máxima menor que	Mínima igual ou maior que
1 visão subnormal	6/18 (metros)* 3/10 (0,3) 20/70 (pés)	6/60 1/10 (0,1) 20/200
2 visão subnormal	6/60 1/10 (0,1) 20/200	3/60 1/20 (0,05) 20/400
3 Cegueira	3/60 1/20 (0,05) 20/400	1/60 (capacidade de contar dedos a um metro) 1/50 (0,02) 5/300
4- cegueira	1/60 (capacidade de contar dedos a um metro) 1/50 (0,02) 5/300	Percepção de luz
5- cegueira	Não percebe luz	

CID 2000.

* A fração 6/18 metros significa que o indivíduo vê a seis metros o que normalmente se veria a 18 metros. O mesmo ocorrendo com 20/70 pés, ele vê a 20 pés o que seria visto a 70 e assim sucessivamente conforme proposto na tabela. Apesar da conversão em metros e decimal, os oftalmologistas utilizam com maior frequência a expressão da acuidade visual medida em pés e, algumas vezes, em decimal, conforme proposto na escala de Snellen.

9.4. ANEXO D- **Entrevista para os pais da aluna**

1. Por que fizeram à escolha de matricular seu filho em uma escola particular e regular?
2. Quais as vantagens de estudar junto com outros alunos sem deficiência visual?
3. Vocês incentivam a prática de atividades físicas de seu filho?
4. Vocês percebem que seu filho é incluído nas aulas de Ed. Física na escola?
5. O que vocês acham que poderia mudar nas aulas de Ed. Física?
6. Vocês sentem apoio da escola quanto à inclusão do aluno em todas as atividades dentro do ambiente escolar?

9.5. ANEXO E- Entrevista semi-estruturada com a aluna deficiente visual.

1. Você gosta das aulas de Ed. Física?
2. Quais as atividades você faz nas aulas de Ed. Física, se participa?
3. Como se sente ao realizar atividades com os demais colegas, caso realize?
4. Geralmente os colegas colaboram com sua participação nas aulas?
5. Você se sente incluída nas aulas de Ed. Física?
6. O que você acha que poderia mudar em suas aulas de Ed. Física?
7. Com quantos colegas você se relaciona durante as aulas de Ed. Física?
8. Você acha importante participar das aulas de Ed. Física?
9. Você pratica alguma atividade física fora do ambiente escolar?
10. Como você gostaria de ser tratada durante as aulas?

MATERIAIS

1. Quais são os materiais utilizados nas aulas de Ed. Física?
2. A escola possui variedade de materiais?
3. Existe algum material específico para alunos com deficiência visual?

ESPACO FÍSICO

4. Quanto ao espaço físico onde as aulas são ministradas é aberto ou fechado?
5. As aulas de Ed. Física geralmente são feitas: ginásio de esportes, quadra de esportes ou pátio da escola ?
6. O espaço físico é amplo ou reduzido?

RECURSOS

7. Quais são os recursos utilizados pelo professor para a inclusão dos alunos com deficiência visual nas aulas de Ed. Física?
8. Quanto às atividades propostas pelo professor, o aluno com deficiência visual geralmente participa junto com os demais alunos sem deficiência visual?
9. Os alunos com deficiência visual fazem atividades paralelas e separadas dos demais colegas durante a aula? Se sim, quais atividades?
10. Como você percebe a integração dos alunos com deficiência visual e sem deficiência em sua aula?

